

# Polícia vai retirar cartazes contra o Centrão

## Autores serão identificados e responsabilizados criminalmente, por decisão da Procuradoria

A Polícia Federal vai retirar e apreender os cartazes políticos confeccionados e distribuídos pela CUT e Sindicato dos Bancários, acusando constituintes de "traidores do povo". A solicitação para o recolhimento dos impressos foi feita pelo presidente do Congresso e da Constituinte, Ulysses Guimarães, a o procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, que ontem mesmo pediu a Polícia Federal.

Além de retirar os cartazes, a Polícia Federal vai também apurar a responsabilidade criminal dos envolvidos, por determinação de Sepúlveda Pertence. Segundo o ofício encaminhado à Procuradoria da República, e retransmitido por telex à Polícia Federal, o sindicato teria fixado cartazes ofensivos aos membros do Centrão nas ruas de Brasília e do Rio de Janeiro. Ulysses acredita que os culpados devem ser enquadrados no artigo 146 do Código Penal, por praticarem constrangimento ilegal.

Mas, no DPF, o porta-voz interino, João Martins, foi cauteloso: "Vamos examinar o aspecto legal do caso". Segundo Martins, a primeira providência será analisar a legislação sobre o assunto e investigar a autoria dos cartazes.

Segundo o ofício encaminhado à Procuradoria da República, e retransmitido por telex à Polícia Federal, o sindicato teria fixado cartazes ofensivos aos membros do Centrão nas ruas de Brasília e do Rio de Janeiro. Ulysses acredita que os culpados devem ser enquadrados no artigo 146 do Código Penal, por praticarem constrangimento ilegal.

Mas, no DPF, o porta-voz interino, João Martins, foi cauteloso: "Vamos examinar o aspecto legal do caso". Segundo Martins, a primeira providência será analisar a legislação sobre o assunto e investigar a autoria dos cartazes.



AO SABER DA PROIBIÇÃO, O SINDICATO MANDOU AFIXAR MAIS CARTAZES NA CIDADE

### Ulysses exige respeito

No ofício remetido ao procurador-geral, Ulysses Guimarães — para quem "essas manifestações atingem a imagem, o nome e a tranquilidade da família parlamentar" — solicitou, também, que seja apurada a autoria dos cartazes, "para, desse modo, preservar-se o respeito à independência e às prerrogativas dos constituintes".

Ulysses lembra, para respaldar sua atitude, que lhe cabe, como presidente, "zelar pelo prestígio e o decoro da Assembléia Nacional Constituinte, bem como pela dignidade de seus membros, em todo o território nacional, assegurando a estes o respeito a suas prerrogativas".

No ofício, Ulysses observa que "em Brasília e no Rio de Janeiro foram fixados cartazes nos muros, que consta serem de responsabilidade do Sindicato dos Bancários, e nos quais se extrapolam o direito de crítica e o de manifestação do pensamento, para atingir, de modo inequívoco, a independência e a dignidade dos constituintes, constrangimento legal à sua liberdade de decisão".

Em seguida, afirma que os cartazes são lesivos à reputação dos constituintes, além de funcionarem como ameaça.

"Constrangendo-os (aos constituintes) a deixar de decidir e votar livremente, como é seu direito e dever na Constituinte".

Condena ainda que os cartazes "instigam à perturbação da vida privada do constituinte, ao indicarem seu telefone, junto à qualificação de traidor do

povo, o que caracteriza grave ameaça, visando restringir sua livre escolha de voto".

Para o deputado Luis Ignácio Lula da Silva, presidente do Partido dos Trabalhadores, "o movimento sindical e os partidos políticos têm direito de colocar em cartazes, em papel e em boletim os nomes dos constituintes que votaram alguma emenda que vai contra os interesses daquele segmento que se sente prejudicado".

Disse estar "cansado de receber telegramas de entidades empresariais para me avacalhar ou para reclamar porque votei contra isso ou aquilo", mas prometeu procurar a direção geral da CUT, para pedir a ela que não generalize as denúncias. Lula recomendará que, "daqui pra frente, coloquem, em cada votação, o nome da pessoa que votou contra".

Para o deputado Roberto Cardoso Alves, um dos coordenadores do Centrão, a atitude de Ulysses Guimarães, pedindo a retirada e apreensão dos cartazes, "foi o mínimo que ele poderia fazer, já que isso está perturbando o trabalho dos constituintes, especialmente porque se constitui em ameaça às nossas famílias".

Argumentou que esse tipo de manifestação deve ser coibido, até para o sucesso das negociações. Observou que dias atrás, sentou-se à mesa de negociação com o presidente da CUT, Jair Meneguelli: "Depois, ele nos apunhalou pelas costas".

### Para CUT, é perseguição

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) considerou ontem "perseguição política" a decisão de Ulysses Guimarães. Em nota assinada pelo presidente da entidade em São Paulo, Jorge Coelho, reafirma sua disposição de continuar as denúncias contra os parlamentares do Centrão, não se intimidando diante "desa campanha desenvolvida pelos poderosos".

A CUT condenou as declarações do deputado Amaral Netto, líder do PDS e integrante do Centrão, pro-

metendo reunir homens e cães para arrancar os cartazes. "E isso não ofende o decoro parlamentar", ironizou ironizou.

— Também não ofende o decoro, do que se depreende da ação do deputado Ulysses Guimarães, a a título do deputado Jayme Paliarini, que do alto da tribuna da Constituinte exibiu para o Brasil um penico, nem do deputado Roberto Jefferson, que subiu à mesma tribuna ostentando uma arma — diz a nota.

## Boato faz sindicato acelerar a colagem

O Sindicato dos Bancários de Brasília ainda não recebeu, até o início da noite de ontem, qualquer comunicado oficial sobre a proibição dos cartazes contra o Centrão, mas preferiu acreditar nos boatos de que isto ocorreria e pôs na rua dois automóveis e seis funcionários para afixar as últimas 950 unidades de que dispunha, após a colagem de 15 mil por vários pontos da cidade. "E trabalho para duas horas", explicou o diretor da entidade, Romildo Tito da Silva.



A ESTRELA DO DIA

### Avis rara discursa sobre microminoria

Mesmo falando sobre um tema já debatido com veemência por outros parlamentares, o deputado Franciscão Carneiro (PMDB-DF) conseguiu ontem marcar presença, quando falava da tribuna, no horário do pinga-fogo. Seguindo o exemplo do deputado Ulysses Guimarães que costumemente busca no latim as expressões jurídicas necessárias ao momento, Franciscão Carneiro recorreu também à arcaica língua para se autodefinir: "Sou avis rara nesta tribuna".

Além de oferecer mais esse jargão ao dinâmico vocabulário político brasileiro, o deputado ainda criou uma palavra nova, de dar inveja ao velho Aurélio Buarque de Hollanda. Ao se referir aos grupos de esquerda que atuam na Constituinte, retornamente e ch a m o u e n t e de microminorias. Citando o

### Falha de novo acordo para a área social

Uma nova tentativa de acordo sobre a estabilidade foi coordenada ontem à tarde pelo Presidente Interino da República e da Constituinte Ulysses Guimarães, com líderes do Centrão e do PMDB, sem alcançar nenhum avanço. "A reunião aconteceu no próprio Palácio do Planalto e durou cerca de duas horas sem se chegar ao acordo sobre o assunto. Por enquanto existe apenas possibilidade de consenso sobre três propostas que estão sendo analisadas pelo Centrão e os progressistas. Mas o representante dos centristas presente à reunião, deputado Luiz Eduardo (PFL/BA), já anunciou que seu grupo não abre mão do princípio da indenização progressiva.

Ele informou que o Centrão concorda em discutir as propostas que surgirem, mas ninguém tomara decisões sem a concordância de todo o grupo. Nesta fase de tentativa de entendimento estão na pauta de discussões três propostas sobre a questão da estabilidade. A primeira prevê a fusão da proposta do Centrão que garante a indenização compensatória nos casos de demissão sem justa causa, com uma emenda do deputado Ronaldo César Coelho (PMDB/RJ).

A segunda alternativa é a aprovação da emenda do senador José Richa (PMDB/PR), do Grupo dos 32, que modifica o texto do Centrão e remete a questão da estabilidade para a lei ordinária: "Relação de emprego protegida contra a despedida arbitrária ou sem justa causa, na forma da lei".

A terceira proposta está numa emenda do deputado Luiz Ignácio Lula da Silva (PT/SP), que consagra o princípio do direito ao trabalho, ressalvados os casos de falta grave comprovada judicialmente, contrato a termo não superior a dois anos ou fato econômico intransponível, técnico ou infortúnio da empresa, sujeito igualmente a comprovação judicial, sob pena de reintegração ou indenização a critério do empregado. A nova proposta traz apenas uma mudança. Ao invés de reintegração ou indenização ficar a critério do empregado, ela seria arbitrada pela Justiça do Trabalho no caso de não se alcançar acordo entre as partes.

A proposta de retroagir a indenização a ser paga aos demitidos sem justa causa até a data da admissão também não foi descartada da negociação a partir de duas três fórmulas. O deputado Luiz Eduardo afirmou que o Centrão a princípio não concorda com esta tese, mas aceita discutí-la no bojo da questão central da estabilidade.

Confiante na possibilidade de se chegar ainda ao acordo sobre este ponto, o senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, observou que apesar de não se ter chegado a qualquer resultado prático, a reunião no Palácio do Planalto foi "bastante proveitosa".



ROBERTÃO QUER DISCUTIR ESTABILIDADE MAIS TARDE

## Polêmica desvia estabilidade à lei ordinária

"Nós não podemos passar goma árabe na sola dos sapatos do trabalhador e lhe dar maior estabilidade do que a de seus próprios familiares", disse o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos líderes do Centrão, para quem o melhor mesmo seria deixar fora do texto constitucional qualquer referência à estabilidade ou mecanismos de proteção contra a demissão imotivada, que, na sua opinião, não são matérias constitucionais, mas de lei ordinária.

Roberto, como é conhecido o deputado, revelou que essa hipótese até chegou a ser ligeiramente abordada com representantes dos partidos de esquerda, que aceitariam a retirada da estabilidade da nova Carta. Ou seja, não valeria nenhuma das propostas apresentadas. Todavia, não está certo da possibilidade de conquistar adeptos a essa tese, daí admitir que o Centrão busque meios de compatibilizar a proteção do trabalhador sem inviabilizar as relações de trabalho.

O deputado está certo de que é preciso garantir ao trabalhador e à sua família meios seguros de vida, porque ele não pode ficar mesmo sujeito aos azares da sorte nem ao humor dos dirigentes empresariais. Por

outro lado, assinalou, há necessidade de cercar também de segurança a empresa, pois do contrário ela se acaba e, com ela, a possibilidade de empregos.

Equacionar estas duas necessidades é o grande desafio da Constituinte, comentou Roberto Cardoso Alves, embora ache muito difícil impedir constitucionalmente a despedida imotivada até pela dificuldade de tratar do assunto de forma subjetiva. No seu entender, se for necessário definir, o critério mais justo passa pela garantia de uma indenização compensatória ao trabalhador dispensado, além do FGTS e do aviso prévio.

O líder do Centrão contou que até chegou a conversar com o líder do PCB, Roberto Freire, a respeito da remessa deste tema para a legislação ordinária, evitando qualquer referência ao assunto na Constituição. Mas enquanto aguarda a retomada das negociações, prefere acreditar que elas passarão mais facilmente pelo PMDB pois os demais partidos tendem a se agregar na defesa de uma posição independente sobre a estabilidade pura, a exemplo do que pensam resumir o Cabral III, aprovado pela Comissão de Sistematização.

### Ex-ministro teme estatização

Com a autoridade de ex-ministro da Indústria e do Comércio e de atual presidente de Furnas, Camilo Penna prevê que a estabilidade só poderá ser suportada de uma economia totalmente estatizada. "O empresário privado", diz ele, "não poderá ou não quererer correr o risco de ter empregados estáveis".

Muitos deles reduzirão as suas empresas e estas, uma vez menores, oferecerão menos empregos". Alguns outros fecharão as portas de suas fábricas e milhares que planejavam um dia ter seus próprios negócios, "preferirão buscar emprego para si".

Resultado: novos empregos terão que ser criados e o Estado irá, com apetite, criar grande parte deles. "A estatização, silenciosa e interceptivamente, avançará firme".

"E a velha mania brasileira de criar privilégios, em vez de universalizar benefícios", observa Camilo Penna, "pois surgirá o odioso privilégio daqueles que, do lado de dentro, têm emprego estável, enquanto, do lado de fora, crescerá o contingente de desempregados. Em outros termos, quer-se, no Brasil, "resolver pela lei o que a sociedade não pratica, pois está historicamente provado que as leis que "pegam" são aquelas que vêm consolidar e disciplinar hábitos, desejos e atitudes já incorporados à vida social".

Mas, o que deseja o povo brasileiro?

Para Camilo Penna é fácil a resposta: quer mais empregos e menos pobreza, não a estabilidade. E mais empregos e mais riqueza só virão com o crescimento e com melhor distribuição da renda. "E tais



PARA PENNA, MILHARES DE FÁBRICAS FECHARIAM

**TOMADA DE PREÇOS Nº 004/88 - DEAD/DAF.**, para aquisição de 177 - CEV (recorte 80mm) calha elétrica nas vigas e outros, destinados à Fábrica de Argamassa Armada/D.O.

Chamamos a atenção das firmas interessadas para a licitação referente à Tomada de Preços em epígrafe, que será realizada às 9:00 horas do dia 22 de fevereiro de 1988, na sala de licitações do Departamento Administrativo, no Edifício Sede da NOVACAP, situada no Setor de Áreas Públicas, Lote "B", em Brasília - Distrito Federal.

Os Editais encontram-se à disposição dos interessados no Departamento Administrativo Brasília, 04 de fevereiro de 1988.

MURILDO AVELINO DA NÓBREGA  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

**BRASÍLIA**

NOVACAP

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL NOVACAP

**"AVISO"**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 100/87 - CPL**, para execução total, sob o regime de empreitada por preços unitários, de pavimentação asfáltica e meios-fios, na via de distribuição interna, da SQN-107, em Brasília - Distrito Federal.

**REVOGAÇÃO**

Chamamos a atenção das empresas interessadas na licitação em tela, para o fato de que o Senhor Diretor Presidente, atendendo solicitação formulada pela Diretoria de Urbanização desta Empresa, autorizou com base no item 14.1 do Edital próprio e Artigo 56, da Resolução nº 129/82-CA, a REVOGAÇÃO por Conveniência Administrativa da Tomada de Preços em tela.

Brasília, 04 de fevereiro de 1988

ENGº SEBASTIÃO DE CASTRO BICHUETTE  
Presidente da CPL

**BRASÍLIA**

NOVACAP

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL NOVACAP

**Para Sandra, é puro "terror"**

A deputada Sandra Cavalcante (PFL-RJ) repudiou, na sessão de ontem da Câmara, o que ela classificou de "terrorismo" promovido pela CUT e pelo Sindicato dos Bancários, através de panfletos e cartazes, nos quais apresentavam vários constituintes como traidores do povo.

Sandra acrescentou que, além de colocarem o nome e o retrato desses constituintes, incluindo o dela, aquelas lideranças sindicais estão revelando o número do telefone da residência de cada um. E, como se não bastasse, estão também fazendo campanha por telefone para constranger os familiares dos constituintes. A respeito, informou que sua mãe, residente no Rio, teve de ser retirada de sua casa, uma vez que, além das ameaças telefônicas, há grupos passando em frente com visível propósito intimidatório.

**PRESIDENTE CL - WASHINGTON DE SOUZA SOARES O LIONS CLUBE DE BRASÍLIA CENTRO**

Conviva os Companheiros, parentes e amigos para MISSA de 30º dia de falecimento de seu inesquecível Presidente CL-WASHINGTON, a se realizar no dia 06-02-88, sábado, às 19:00h., na Igreja Nossa Senhora do Socorro do Lago Norte.

**WASHINGTON SOUZA SOARES 30º Dia**

A família agradece todo apoio recebido e convida os parentes e amigos para a missa de 30º dia de falecimento do seu inesquecível WASHINGTON. A realizar-se às 19:00hs, do dia 06/02/88, na Igreja Nossa Senhora do Lago, Lago Norte.